



### Portaria n.º 141/2010

de 23 de Fevereiro

Pela Portaria n.º 1280/2001, de 15 de Novembro, alterada pela Portaria n.º 1174/2002, de 29 de Agosto, foi concessionada à Associação de Caçadores de Castelo Branco a zona de caça associativa de Abrunheiros e Aravil (processo n.º 2676-AFN), situada no município de Castelo Branco.

Pela Portaria n.º 1305/2009, de 19 de Outubro, foram anexados a esta zona de caça vários prédios rústicos, tendo ficado com a área de 1050 ha.

Verificou-se, entretanto, haver um erro na Portaria n.º 1305/2009, uma vez que não é referida correctamente a freguesia onde se localizam os terrenos que se anexam, pelo que se torna necessário proceder à sua correcção.

Assim:

Com fundamento na alínea c) do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 159/2008, de 8 de Agosto, e no uso das competências delegadas pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas pelo despacho 78/2010, de 5 de Janeiro, manda o Governo, pelo Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, o seguinte:

#### Artigo único

O n.º 1.º da Portaria n.º 1305/2009, de 19 de Outubro, passa a ter a seguinte redacção:

«1.º São anexados à zona de caça associativa de Abrunheiros e Aravil (processo n.º 2676-AFN) os prédios rústicos sitos na freguesia de Ladoeiro, município de Idanha-a-Nova, com a área de 80 ha, ficando a mesma com a área total de 1050 ha, conforme planta anexa a esta Portaria e que dela faz parte integrante.»

O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Rui Pedro de Sousa Barreiro, em 11 de Fevereiro de 2010.

## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assembleia Legislativa

### Decreto Legislativo Regional n.º 5/2010/A

#### PROENERGIA — Sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis

Os grandes objectivos da política energética — segurança do abastecimento, eficiência, competitividade económica e protecção do ambiente — constituem desafios estratégicos para a Região Autónoma dos Açores, face à volatilidade do custo dos combustíveis fósseis, bem como aos condicionanismos e fragilidades ambientais do seu território.

Com efeito, devido à dispersão geográfica, pequena dimensão dos mercados, impossibilidade de acesso às redes transeuropeias de energia, transporte dos combustíveis e total dependência do exterior quanto ao abastecimento de combustíveis fósseis, os custos associados à gestão dos sistemas energéticos, nos Açores, são muito elevados.

Importa, pois, maximizar o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos, garantindo simultaneamente os mais elevados níveis de qualidade da energia disponibilizada a todos os açorianos, sem descuidar as questões ligadas à sua correcta utilização.

Registe-se ainda os compromissos de Portugal face ao Protocolo de Quioto e das metas nacionais estipuladas para a redução de emissão de gases de efeito de estufa.

Neste contexto, e com o objectivo de maximizar a utilização de energias renováveis por parte das empresas e das famílias, foi criado o PROENERGIA — Sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis, através Decreto Legislativo Regional n.º 26/2006/A, de 31 de Julho.

Passados quase três anos importa, no entanto, introduzir algumas alterações àquele diploma tais como a redução do limite investimento mínimo exigido às empresas, a desburocratização dos procedimentos, a inclusão da elegibilidade de despesas que decorram de imposições legais, a alteração do limite máximo do apoio, assim como a remoção do limite de venda à rede pública de excedentes do autoconsumo, no caso da produção de electricidade.

Acresce a isto que o Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2008/A, de 31 de Dezembro, que aprova a Orgânica do X Governo Regional dos Açores, extinguiu a Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia, transitando os meios, efectivos, competências, direitos e obrigações que lhe estavam afectos, no que respeita ao sector da energia, para a Direcção Regional de Energia, na dependência do Secretário Regional do Ambiente e do Mar, o qual passa a exercer competências em matéria de energia. Face a estas alterações orgânicas, parece aconselhável a transferência da gestão do sistema de incentivos em causa para a direcção regional com competência em matéria de energia.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República e do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Objecto

O presente diploma estabelece o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis da

Região Autónoma dos Açores, designado por PROE-  
NERGIA.

## Artigo 2.º

### Âmbito

1 — São susceptíveis de apoio, no âmbito do PROE-  
NERGIA, projectos destinados essencialmente ao auto-  
consumo que envolvam:

a) Investimentos na exploração de recursos energéticos  
renováveis para microprodução de energia eléctrica ou  
calorífica, utilizando recursos endógenos;

b) Investimentos na utilização do recurso solar térmico  
e bombas de calor para produção de águas quentes.

2 — Os investimentos previstos no número anterior  
devem ser promovidos por:

a) Pequenas e médias empresas, incluindo empresá-  
rios em nome individual, cooperativas, instituições par-  
ticulares de solidariedade social e associações sem fins  
lucrativos;

b) Pessoas singulares ou condomínios.

## Artigo 3.º

### Condições de acesso dos promotores

1 — Os promotores a que se refere a alínea a) do n.º 2  
do artigo 2.º devem:

a) Estar legalmente constituídos;

b) Cumprir as disposições legais inerentes ao exercí-  
cio da actividade, nomeadamente em matéria de licen-  
ciamento;

c) Cumprir os critérios de pequena e média empresa,  
de acordo com a Recomendação n.º 2003/361/CE, da Co-  
missão Europeia;

d) Dispor de contabilidade actualizada e organizada de  
acordo com o definido na legislação aplicável;

e) Possuir a situação regularizada perante a administra-  
ção fiscal e a segurança social;

f) Ter concluído há pelo menos três anos o investimento  
relativo a projecto anteriormente aprovado no âmbito do  
presente diploma ou no âmbito do Decreto Legislativo  
Regional 26/2006/A, de 31 de Julho, considerando-se como  
data de conclusão do projecto a data do recibo correspon-  
dente à última despesa imputada ao projecto.

2 — A regra referida na alínea f) do número anterior  
poderá, desde que devidamente justificada, não ser aplicada  
no caso de projectos relativos a outros estabelecimentos  
de um mesmo promotor.

3 — No caso de instituições particulares de solidarie-  
dade social e das associações sem fins lucrativos, não se  
aplica o disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1.

4 — Os promotores de projectos a que se refere a alí-  
nea b) do n.º 2 do artigo 2.º devem:

a) Possuir situação contributiva regularizada perante a  
administração fiscal e a segurança social;

b) No caso de edifícios colectivos habitados, deve haver  
aprovação da assembleia de condóminos;

c) Ter concluído há pelo menos três anos o investimento  
relativo a projecto anteriormente aprovado no âmbito do  
presente diploma ou no âmbito do Decreto Legislativo  
Regional 26/2006/A, de 31 de Julho, considerando-se como

data de conclusão do projecto a data do recibo correspon-  
dente à última despesa imputada ao projecto.

5 — A regra referida na alínea c) do número anterior  
poderá não ser aplicada no caso de projectos relativos a  
outras moradias de um mesmo promotor.

## Artigo 4.º

### Condições de acesso dos projectos

Os projectos candidatos ao PROENERGIA devem:

a) Corresponder a um investimento mínimo de € 1000;

b) Considerar como integrantes do projecto apenas as  
despesas efectuadas após a data de apresentação de can-  
didatura;

c) Ser instruídos em formulário próprio a disponibili-  
zar pela Direcção Regional com competências na área da  
energia;

d) Ter situação regularizada em matéria de licencia-  
mento ou ter projecto aprovado nos termos legais, quando  
aplicável;

e) No que respeita aos projectos de arquitectura ou às  
memórias descritivas do investimento, quando exigíveis  
legalmente, encontrarem-se previamente aprovados;

f) Ter uma duração máxima de execução de 18 meses  
após a data de assinatura do contrato de concessão de in-  
centivos, salvo em situações excepcionais, devidamente  
justificadas, sujeitas a despacho do membro do Governo  
Regional com competência em matéria de energia;

g) No encerramento dos projectos das entidades referi-  
das na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º, deverá exigir-se que  
a unidade se encontre licenciada, incluindo a verificação  
de que foram obtidas as licenças ambientais legalmente  
exigidas.

## Artigo 5.º

### Acumulação e incentivos

É vedada a acumulação dos benefícios conferidos pelo  
presente diploma com outros de natureza similar, previstos  
em diplomas regionais ou nacionais.

## Artigo 6.º

### Despesas elegíveis

1 — Para efeitos do presente diploma, consideram-se  
elegíveis:

a) Aquisição e montagem dos equipamentos essenciais  
à realização do projecto;

b) Adaptação de instalações, incluindo a adaptação ao  
cumprimento de normas ambientais e de segurança, até  
um limite de 10% do investimento elegível.

2 — O cálculo das despesas elegíveis é efectuado a pre-  
ços correntes, deduzido o imposto sobre o valor acrescen-  
tado (IVA) sempre que o promotor do projecto seja sujeito  
passivo desse imposto e possa exercer o direito à dedução.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 1 apenas são conside-  
rados os valores declarados pelo promotor do projecto que  
correspondam aos custos médios do mercado, podendo a en-  
tidade responsável pela análise da candidatura, caso não se ve-  
rifique essa correspondência, proceder à respectiva adequação.

4 — Quando exista sistema de certificação aplicável,  
apenas são elegíveis despesas incorridas com a aquisição

e montagem de equipamentos certificados e instalados por técnico qualificado.

### Artigo 7.º

#### Despesas não elegíveis

Não são elegíveis as despesas realizadas com:

- a) Aquisição de equipamento em estado de uso;
- b) Equipamentos que como fonte complementar de energia recorram a gases de petróleo liquefeito ou outro qualquer combustível de origem fóssil;
- c) Aquisição de veículos automóveis;
- d) Aquisição de materiais e equipamentos não relacionados com o projecto;
- e) Fundo de maneo;
- f) Custos internos das empresas.

### Artigo 8.º

#### Natureza e montante do incentivo

1 — O incentivo a conceder aos investimentos enquadáveis na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º reveste a forma de subsídio não reembolsável, correspondendo a 25 % das despesas elegíveis, até um máximo de € 4000 por fogo ou estabelecimento.

2 — O incentivo a conceder aos investimentos enquadáveis na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º reveste a forma de subsídio não reembolsável, correspondendo a:

- a) Quando o equipamento instalado seja uma bomba de calor, 25 % das despesas elegíveis, até a um máximo de € 4000 por fogo ou estabelecimento;
- b) Quando o equipamento instalado seja um sistema solar térmico que garanta uma fracção solar inferior a 50 %, 25 % das despesas elegíveis até um máximo de € 1500 por fogo ou estabelecimento;
- c) Quando o equipamento instalado seja um sistema solar térmico que garanta uma fracção solar superior a 50 % e inferior ou igual a 65 %, 35 % das despesas elegíveis até ao máximo de € 4000 por fogo ou estabelecimento;
- d) Quando o equipamento instalado seja um sistema solar térmico que garanta uma fracção solar superior a 65 %, 40 % das despesas elegíveis até ao máximo de € 5000 por fogo ou estabelecimento.

3 — No caso de os investimentos se realizarem nas ilhas de Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo, as taxas mencionadas no número anterior são acrescidas de 10 pontos percentuais, mantendo-se os limites máximos do incentivo ali fixados.

4 — Nos casos em que os investimentos se realizem em zonas sem acesso directo à rede eléctrica regional e em que o custo do acesso seja igual ou superior a € 12 000, as taxas mencionadas nos números anteriores serão de 50 %.

5 — A fracção solar a que se refere o n.º 2 do presente artigo é determinada por metodologia fixada em nota técnica emitida pela entidade gestora do Sistema de Certificação Energética (SCE) dos Açores.

### Artigo 9.º

#### Apresentação de candidaturas

1 — As candidaturas são entregues no departamento do Governo Regional com competência em matéria de energia, doravante designado como organismo gestor, instruídas de

acordo com um formulário e procedimentos devidamente homologados pelo membro do Governo Regional com competência em matéria de energia.

2 — Cabe ao organismo gestor disponibilizar, em sítio electrónico adequado, o formulário da candidatura, bem como toda a informação necessária à sua correcta instrução e submissão.

### Artigo 10.º

#### Competências do organismo gestor

Compete ao organismo gestor:

- a) Recepcionar as candidaturas, verificando as condições de elegibilidade do promotor e do projecto;
- b) Elaborar a proposta de decisão da candidatura no prazo máximo de 90 dias úteis contados a partir da data de verificação das condições de acesso do promotor e do projecto;
- c) Reapreciar a candidatura no prazo de 10 dias úteis, na eventualidade de o promotor apresentar alegações contrárias;
- d) Submeter ao membro do Governo Regional com competência em matéria de energia o projecto de decisão da candidatura;
- e) Comunicar ao promotor a decisão final relativa ao pedido de concessão de incentivo;
- f) Preparar o contrato de concessão de incentivos;
- g) Acompanhar globalmente os projectos, podendo efectuar o acompanhamento físico dos investimentos;
- h) Enviar para processamento os incentivos devidos;
- i) Propor a renegociação dos contratos;
- j) Preparar as propostas de encerramento dos processos.

### Artigo 11.º

#### Formalização da concessão do incentivo

1 — A concessão do incentivo será formalizada mediante contrato celebrado entre a Região Autónoma dos Açores, através do departamento do Governo Regional com competência em matéria de energia, e o promotor.

2 — A não celebração do contrato, por razões imputáveis às entidades beneficiárias, no prazo de 20 dias úteis contados da data da notificação da decisão de aprovação determina a caducidade da decisão de concessão de incentivo.

### Artigo 12.º

#### Pagamento do incentivo

1 — Os promotores de projectos, após a conclusão do investimento objecto do contrato de concessão de incentivos, devem enviar um pedido de pagamento ao organismo gestor, apresentando para o efeito cópia das facturas e dos recibos relativos aos pagamentos efectuados.

2 — No caso dos investimentos em microprodução de energia eléctrica, para além dos documentos referidos anteriormente, os promotores devem apresentar ainda a licença de exploração, sem a qual o pagamento não será processado.

3 — O organismo gestor deverá conferir os documentos apresentados, podendo promover a realização de uma auditoria.

4 — Os pagamentos dos incentivos são efectuados por transferência bancária para a conta do promotor indicada no contrato de concessão de incentivos.

## Artigo 13.º

## Obrigações dos promotores

1 — Os promotores ficam sujeitos às seguintes obrigações:

- a) Executar o projecto nos termos e prazos fixados no contrato;
- b) Comunicar ao organismo gestor qualquer alteração ou ocorrência que ponha em causa os pressupostos relativos à aprovação do projecto ou à sua execução;
- c) Manter as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade, nomeadamente quanto à sua situação em matéria de licenciamento;
- d) Manter em funcionamento os equipamentos participados por um período mínimo de cinco anos contados a partir da data de conclusão do investimento;
- e) Cumprir, no caso da microprodução de energia eléctrica, as condições técnicas e legais para ligação à rede pública.

2 — Para além das obrigações referidas no número anterior, os promotores a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º devem:

- a) Manter a situação regularizada perante as entidades pagadoras do incentivo;
- b) Manter a contabilidade organizada de acordo com o definido na legislação aplicável;
- c) Manter na entidade beneficiária, devidamente organizados, todos os documentos susceptíveis de comprovar as declarações prestadas na candidatura, assim como os originais dos documentos conducentes ao pagamento do incentivo;
- d) Publicitar os apoios recebidos nos termos regulamentares.

## Artigo 14.º

## Revogação

É revogado o Decreto Legislativo Regional n.º 26/2006/A, de 31 de Julho.

## Artigo 15.º

## Disposições transitórias

1 — Os projectos aprovados ou que se encontrem sob avaliação, apresentados ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2006/A, de 31 de Julho, regem-se até ao final pela legislação em vigor à data da sua submissão.

2 — Mantém-se em vigor o Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2007/A, de 13 de Março, em tudo o que não contrariar o disposto no presente diploma.

## Artigo 16.º

## Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 20 de Janeiro de 2010.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*.

Assinado em Angra do Heroísmo em 5 de Fevereiro de 2010.

Publique-se.

O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.

## Decreto Legislativo Regional n.º 6/2010/A

**Segunda alteração ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional.**

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de Abril, foram reunidos, num único diploma, o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional, criados respectivamente pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 1/2000/A, 2/2000/A e 3/2000/A, todos de 12 de Janeiro.

Decorridos cinco anos, através do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/A, de 23 de Outubro, tornou-se necessário proceder, por um lado, a uma clarificação de conceitos, designadamente, da definição de beneficiário titular e de residência permanente, e, por outro, actualizar os parâmetros de atribuição dos montantes do complemento regional de pensão dada a sua desactualização face à retribuição mínima mensal garantida.

Com o presente diploma pretende-se proceder ao ajustamento das regras relativas à atribuição da remuneração complementar, porquanto verificou-se uma significativa modificação da relação jurídica de emprego público, na qual se inclui a estrutura remuneratória dos trabalhadores que exercem funções públicas operada pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que deixou de se aferir em função de índices.

Além disso, e tendo-se constatado que, em regra, o aumento fixado no acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida é superior à actualização determinada para a remuneração complementar, impõe-se o estabelecimento de uma norma de equidade social, no sentido de qualquer trabalhador que tenha direito à remuneração complementar e que em resultado da aplicação daquelas regras aufera uma remuneração global inferior à retribuição mínima mensal garantida passe a perceber um montante idêntico a esta.

O presente diploma foi sujeito a audição pública.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República e do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte:

## Artigo 1.º

## Objecto

Os artigos 2.º, n.º 1, 10.º, 11.º, n.ºs 2 e 4, 12.º e 13.º, n.º 1, do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de Abril, na republicação operada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/A, de 23 de Outubro, passam a ter seguinte redacção:

## «Artigo 2.º

## Âmbito

1 — O regime previsto neste diploma aplica-se aos trabalhadores que exercem funções públicas na administração pública regional e local e aos pensionistas com residência permanente na Região Autónoma dos Açores.

2 — .....

3 — .....

## Artigo 10.º

## Beneficiários

Beneficiam da remuneração complementar os trabalhadores que exercem funções públicas na administração